

Decisão do TSE pode mudar as coligações

Katia Guimarães
de Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deverá adotar na próxima terça-feira uma posição sobre a padronização das coligações entre partidos nas próximas eleições. O relator do processo, ministro Garcia Vieira, apresentará seu parecer na sessão do plenário da corte.

A possível restrição às alianças vem causando polêmica entre os partidos políticos que na semana passada partiram para a ofensiva contra a medida.

Um manifesto criticando a norma foi levado ao presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, pelos partidos aliados ao Palácio do Planalto.

As cúpulas PFL e PMDB consideram a vinculação das coligações nos estados à aliança na chapa à Presidência da República "um golpe do Planalto". Outro documento dos partidos de oposição também foi enviado a Jobim. Há entre eles a percepção de que a decisão beneficiaria o PSDB e a candidatura do senador e ex-ministro José Serra.

Ameaças - Os aliados governistas pressionam por todos os lados e ameaçam inclusive boicotar votações importantes para o Executivo

no Congresso Nacional. Não está descartada nem mesmo a possibilidade de contestar a decisão no Supremo Tribunal Federal caso o TSE opte por mudar a atual legislação. A imposição de novas regras para as coligações partidárias foi levantada pelo líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ), autor da consulta feita ao TSE.

Defensor da medida, o parlamentar perguntou se as coligações estaduais deveriam seguir as alianças das eleições presidenciais.

Para Miro Teixeira, as alianças adversas confundem o eleitor brasileiro. Além disso, a restrição contribuiria para fortalecer a identidade dos partidos. O deputado entende que as coligações a nível federal devem ser reproduzidas nas eleições regionais. Ou seja, de dois partidos fazem uma coligação para concorrer à Presidência da República, estes mesmos partidos deverão se coligar nas eleições estaduais. Atualmente as alianças são livres.

A consulta do PDT poderá ser incluída nas resoluções que estão sendo analisadas pelo ministro do TSE, Fernando Neves. Até o dia 5 de março, o tribunal deverá votar a regulamentação da legislação eleitoral para o pleito de 2002.